

TABU E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Vivian Orsi¹

vivian@ibilce.unesp.br

RESUMO: O léxico de uma língua permite que nele se entreveja o modo como a comunidade vê o mundo que a circunda, em seus diferentes aspectos. Assim, por meio do seu estudo podemos ter uma ideia dos preconceitos que permeiam a sociedade. O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões e teorizações referentes aos itens léxicos obscenos e aos tabus linguísticos a eles subjacentes e abordar o preconceito linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; Léxico obsceno; Tabu; Preconceito linguístico.

INTRODUÇÃO

Cada dia parece ser mais evidente a adoção de itens léxicos eróticos e obscenos por pessoas de todas as faixas etárias em situações informais, conforme atesta Preti (1984).² Podemos associar esse dado ao fato de que muitas dessas unidades consideradas proibidas passaram a integrar músicas, roteiros de televisão e legendas de filmes, por exemplo.

Todavia, quando se usa esse léxico, provocam-se, ainda, duas reações diferentes na sociedade: uma de crítica, porque seu uso é contrário aos padrões linguísticos estipulados; e, por outra senda, desperta curiosidade, visto que qualquer reação às regras sociais em vigor causa surpresa.

Neste artigo definir o que se entende, atualmente, como um item lexical obsceno e o porquê de o considerarmos um “palavrão”, seu uso e implicações extralinguísticas, além de justificar o motivo pelo qual lexias desse tipo se enquadram entre os tabus linguísticos. Também procuraremos mostrar de que modo esses tabus disseminam preconceitos e insistem em repressões sobre o que se refere à sexualidade e às unidades léxicas empregadas para se referir a ela.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Letras Modernas, IBILCE, Universidade Estadual Paulista - UNESP, *campus* de São José do Rio Preto-SP.

² Enfatizamos que dentro de nossa pesquisa encontramos itens que se reportam ora ao aspecto erótico, porque provocam ou estimulam a associação ao sexo; ora ao erótico, ou seja, ao sexo em si, e ora ao obsceno, que se refere ao que é considerado indecente, imoral, grosseiro ou chulo.

1. PALAVRÕES E TABUS

Em geral, a lexia erótico-obscura pode ser considerada um palavrão, pois ambos podem ser utilizados pelos falantes para expressar insulto, manifestar sentimentos ou para mascarar o nome de algum órgão sexual a fim de evitar a terminologia oficial. Os palavrões são unidades léxicas disparadas, são projéteis verbais, de acordo Tartamella (2006). Eles são vistos também como elemento catártico para aliviar a tensão social.

Assim, concebemos “palavrão” por aquele item que ultrapassa o limite da considerada boa decência e da moralidade, por isso algumas das lexias erótico-obscuras, especialmente aquelas referentes ao sexo, podem ser classificadas como palavrões. De acordo com Bona (2008: 21), “podemos, então, definir como palavrão um item que não é aceito pelas convenções sociais, cuja utilização em público é socialmente sancionável”.³ Para Calvino (2009: 366), “nos discursos que são feitos atualmente sobre as palavras obscuras, parece-me que se esquece de uma coisa: a tradição de desprezo pelo sexo que expressões populares carregam, por isso as denominações dos órgãos sexuais são usados como insulto”.⁴

No entanto, vemos que essa rejeição aos palavrões não se harmoniza com o seu intenso uso, conforme comentado anteriormente. Em seu dicionário, Maior (1980: XIII, grifo do autor) atesta que “o mundo inteiro diz *palavrão*: homens, mulheres, velhos, moços, crianças, ricos, pobres, em russo, em chinês, em croata, em todos os idiomas”.

Um dos motivos de ainda serem inseridos em estudo secundário, prescindível e vulgar, deve-se ao fato de serem concebidos como tabus linguísticos. Em consonância com Arango (1991), podemos afirmar que a lexia obscura, além de retratar uma cultura, revela a essência do ser humano. De fato, “nela se expressa, na sua forma mais pura e transparente, sem véus e sem pudores, o misterioso instinto que existe desde a origem da vida” (ARANGO, 1991: 162). Obscuro, portanto, é sinônimo de indecente e imoral. Podemos qualificá-lo também como grosseiro e chulo.

É manifesto, portanto, que às palavras atribuem-se valores éticos, que só se alteram, ao longo dos anos, com a mudança de hábitos da sociedade, e, de certa maneira, com a sua evolução. Na linguagem obscura encontram-se formas que exigem de quem as profere certo distanciamento, revelando uma visão depreciativa que a concebe como inferior a outras

³ “Possiamo allora definire come parolaccia un termine che non sia accettato dalle convenienze sociali, il cui utilizzo in pubblico sia socialmente sanzionabile” (BONA, 2008: 21).

⁴ “nei discorsi sulle parole oscene che si fanno in questi giorni, mi pare che si dimentichi una cosa: la tradizione di disprezzo per il sesso che le espressioni popolari si portano dietro, per cui le denominazioni degli organi genitali sono usate come insulto (...)” (CALVINO, 2009: 366).

(CALVINO, 2009). Nela avultam unidades léxicas censuradas e condenadas pela sociedade, razão pela qual se transformaram em tabus linguísticos. Sobre esse tema pode-se dizer que não estamos habituados à manifestação de sentimentos obscenos, ainda menos a falar deles usando palavras encaradas como perturbadoras: “Aprendemos que o erotismo pode insinuar-se na linguagem mas não se declarar abertamente” (ARANGO, 1991: 11).

Segundo Augras (1989), o nome “tabu” foi atribuído pelo navegador inglês James Cook (1728-1779) que, em um relato de viagem à Oceania, registrou o comportamento chamado *Tapu* dos nativos das ilhas Tonga, cuja expressão era empregada para referir-se ao que era sagrado e proibido, ao mesmo tempo. A autora ainda assinala que *Tapu* – que se tornou posteriormente *taboo* em língua inglesa – não designava apenas o aspecto sagrado daquilo a que referia, mas, outrossim, aos dispositivos criados para lidar com esses itens.

Percebemos, desse modo, que em variados grupos humanos o que se refere à sexualidade é objeto de proibições. O tabu que delimita e determina essa tipologia de unidade lexical caracteriza-se por ser, então, um sistema de superstições relacionado a valores morais. Então, é algo fruto de proibição e, ao mesmo tempo e por esse motivo, objeto de desejo, ou seja, é sinônimo de transgressão; estipula o que é autorizado e o que não se permite em determinada sociedade.

O tabu linguístico é decorrente das sanções, restrições e escrúpulos sociais; atua na não permissão ou na interdição de se pronunciar ou dizer certos itens lexicais aos quais se atribui algum poder e que, se violados, poderão trazer perseguições e castigos para quem os emprega. E, por estar em si também o impulso por ultrapassá-los, o homem reverte as imposições e usa os palavrões e outras construções lexicais como forma de expressão de seus sentimentos e meio de subversão das proibições. De acordo com Vaneigem (2004: 32), “a proibição incita à transgressão. O que é recalcado suscita o furor da catarse e as astúcias do ressentimento”.

Augras (1989: 41) também destaca que a relação dessas lexias proibidas com a linguagem erótico-obscena se atesta porque,

em todo grupo cultural, há partes do corpo que não se devem sequer nomear. É o caso, entre nós, dos órgãos sexuais, que são designados, ou por jargão médico-científico, ou por palavrões. É que os órgãos sexuais servem para lidar diretamente com o outro, estabelecendo a ligação entre opostos e, por conseguinte, têm de ser objeto de tabus, como tudo aquilo que fomenta um duplo domínio.

É admirável que nossa cultura ocidental, distanciada do que se considera primitivo e retrógrado, ainda conserva essas interdições, tanto declarada quanto veladamente mesmo que,

para alguns, se trate de proibições atribuídas somente aos povos considerados menos desenvolvidos: “Existem, portanto, palavras interditas; sabemos da existência de vocábulos condenados. Descobrimos, assim, nada mais, nada menos que... palavras-tabu no nosso mundo civilizado!” (ARANGO, 1991: 12).

Há uma suposta intuição liberal relativa ao sexo, atualmente, mas que se debate com a contraditória postura conservadora relativa ao emprego do léxico erótico-obsceno. O seguinte autor justifica nosso objeto de estudo refletindo que, se

é vedado pronunciar uma palavra, se esta é tabu, então qual é o recurso ou processo de que se lança mão para exteriorizar a idéia expressa por ela, uma vez que se faz mister exprimi-la? O recurso empregado são meios indiretos e meios diretos dissimulados, i.e., substitutos que velem de qualquer modo o ser sagrado-proibido. (GUÉRIOS, 1956: 20)

Por este motivo recorre-se ao emprego dos itens léxicos chulos. Araripe (1999, p. 159) coloca que, “a aura de aparente mistério que, para o vulgo, cerca a linguagem sexual culta, no caso da língua portuguesa, consiste, na maioria das vezes, em buscar, no latim inacessível às massas, raramente no grego, a terminologia a partir da qual foram denominados, no geral, os órgãos e as ações humanas”.

Para Calvino (2009) os palavrões trazem ainda três valores classificados em relação a seu emprego. Eles dispõem, primeiramente, de força expressiva, em função da carga semântica que lhes é atribuída. Desse modo, usados na situação adequada, funcionam como notas musicais para criar um determinado efeito na partitura, ou melhor, no discurso. Assim, devem ser resguardados, para que num dado momento não corram o risco de perder a gama expressiva que carregam consigo. Os palavrões englobam, em segundo lugar, o valor denotativo direto, ou seja, o uso da unidade léxica mais simples para designar um órgão associado às zonas erógenas ou um ato quando se pretende falar abertamente sobre aquele mesmo órgão ou sobre aquele mesmo ato, fazendo uso tanto do eufemismo quanto das metáforas. Ou ainda, por exemplo, ao contrário de usar em língua italiana o item *cazzo* (que indica a genitália masculina, de modo informal, ou seja, “caralho”, que pode ser empregado também com o sentido de “nada”, como em *Non ho capito un cazzo* (Não entendi nada) ou expressando assombro ou espanto, como em *Cazzo, che caldo!* (Puxa vida, que calor!) (ZAVAGLIA, 2010: 113), opta-se por *cavolo*, que tem condição de substituí-lo em todas as situações acima descritas, porém, de forma mais polida e agradável a quem condena o palavrão.

A opção por uma ou outra forma, mais ou menos obscena, depende do ambiente cultural em que o falante e seu interlocutor se inserem. Essa seleção reflete principalmente o contexto para intensificar ao máximo o significado, que pode ser obtida por intermédio do eufemismo ou da adoção de um termo científico ou ainda de algum outro de caráter mais popular. Para a classificação de Calvino (2009), o terceiro item é o valor da situação do discurso no mapa social, em que se percebe que, por exemplo, o emprego de um item obsceno em um discurso político indica que não se aceita uma divisão entre linguagem privada e pública, culta e popular.

O léxico é o componente linguístico mais suscetível a transformações e variações, no qual surgem novas unidades léxicas a todo instante e, por outro lado, algumas podem se tornar arcaicas. Nesse processo, em consonância com Preti (2003: 55), “(...) vocábulos que se ligam a certos grupos ou atividades específicos, passam a se vulgarizar, entrando para a linguagem comum”.

Com efeito, notamos a vulgarização de certos itens léxicos considerados de baixo prestígio social, como as gírias – das quais surgem os mais atualizados palavrões – e o léxico obsceno, que podem adentrar na linguagem dos falantes em geral, encaixando-se em outros níveis de prestígio social, que é uma valoração social positiva, digna de imitação, por ser positivamente avaliada, na base da alta escala social. O prestígio é, portanto, propriedade objetiva, depende da avaliação de certas características sociais ou pessoais que membros de uma comunidade consideram particularmente desejáveis ou indesejáveis em termos de sucesso, riqueza, imagem ou estilo de vida. Por isso podem ser criadas outras normas linguísticas subjetivas, por meio das quais se estabelecem critérios de aceitabilidade social da linguagem (BERRUTO, 2005).

Desse modo, concordamos com o fato de que em certos casos, como o da linguagem proibida – aquela que se refere a itens obscenos –, as perspectivas têm-se alterado tão rapidamente que a nossa própria atitude de pesquisador e de falante deve estar preparada para vencer os preconceitos contra os antivalores culturais que esse tipo de unidade lexical representa, devendo admitir uma profunda alteração de seu prestígio e uso nas situações linguísticas da vida contemporânea.

A desmistificação do sexo, ainda que lenta, tem se refletido no emprego mais frequente dessa linguagem, em que lexias de baixo prestígio social têm sido absorvidas ao discurso culto e prestigiado, via oral ou escrita pelos meios de comunicação de massa, prenunciando que o léxico erótico e os palavrões em geral estão se fixando, cada dia mais, nos

recursos afetivos da língua. Eles dispõem hoje de um trânsito relativamente normal e com aceitabilidade social em diálogos do cinema, em filmes e conversas informais (PRETI, 2003).

Acerca desse afrouxamento, como atesta Borba (2003: 138), tem-se que “as diversas aberturas do comportamento social, sobretudo o relaxamento de normas de conduta moral, favorecem a expansão dos chulismos”.

O item lexical de carga semântica erótico-obscura ou palavrão também é associado a uma afronta, desacato ou ultraje. “O grau de ofensa expresso pelo insulto depende da intimidade das pessoas implicadas, do nível de educação e traquejo social, das circunstâncias em que se dá o discurso” (BORBA, 2003: 32). A utilização de palavras obscenas depende do grau de emotividade que se quer comunicar. Para muitos, alguns itens desse léxico perderam a carga semântica insultante que possuíam; constata-se que ainda há preconceito em relação ao emprego do palavrão, contudo, a cada dia em menor escala.

Muitos dos palavrões não são aceitos em todos os contextos, mas entre amigos, familiares e em relacionamentos amorosos, encontra-se um emprego que assinala intimidade e familiaridade. Ou melhor, em meio à própria família não se adotariam palavrões sem restrições morais se os pais não o permitissem; no entanto, isso é comum entre amigos. Ademais, quando em ambientes íntimos, segundo Tartamella (2006), não há referência, na verdade, a um conteúdo ofensivo de insulto, o palavrão é simplesmente um registro que marca liberdade, além de ser um meio eficaz de despertar a atenção do receptor. O palavrão tende, em função do uso indiscriminado, a perder sua força enfática (PAES, 1996). Nesse sentido, Preti (1984: 42-43) relata que o uso do palavrão “virou moda em certos ambientes em que nunca fora admitido antes, graça na boca dos jovens, hábito coletivo nos campos de esporte, onde mais livremente explodem as emoções populares”.

Por ser o palavrão socialmente condenado muitos se unem para denunciá-lo, porém, na vida privada têm uma visão muito diferente de sua adoção, ocultando que o empregam em situação de choque físico, por exemplo, quando se bate um dos dedos do pé, segundo Montagu (2001: 73). De fato:

O aspecto agressivo e, por consequência, frequentemente ‘purgativo’ da gíria e também da linguagem obscena pode, no entanto, perder-se pelo emprego abusivo. Nesse sentido, certos vocábulos empregados apenas em registro coloquial acabam em determinadas situações por ganhar coloração afetiva e carinhosa. (PRETI, 1984: 5)

Além do que já comentamos, no caso específico de considerarmos um item léxico que aborda as zonas erógenas como sendo um palavrão, isto é, para estabelecer uma expressão

como insulto ou chulismo, devemos refletir, primeiro, se há ou não a vontade de se constranger alguém e o tipo de entonação empregado, ou seja, com qual inflexão de voz é (ou foi) dita, ou se há (ou houve) simplesmente o desabafo de uma emoção naquela comunicação. São unidades que deixam ruborizadas, escandalizadas ou exaltadas as pessoas que as proferem ou a quem são dirigidas. Os palavrões podem ser definidos também como injúrias, que são, por definição, um atentado a outrem, uma ofensa.

Embora a sexualidade esteja presente em todas as etapas do desenvolvimento humano, é um argumento quase sempre silenciado. Por um lado, é fonte de prazer e, por outra vereda, vem a ser o alvo preponderante de ataques e censuras: “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*” (FOUCAULT, 1988: 36). A essa necessidade de ocultação e às investidas contrárias ao que se refere à sexualidade denominamos repressão sexual. De acordo com Chauí (1984), pode-se asseverar que a repressão sexual se relaciona a um conjunto de valores, regras estabelecidas histórico-culturalmente para conter a prática da sexualidade, visto que o sexo é concebido pela sociedade ocidental como algo impregnado de perigos. Quanto mais se conseguir ocultar, dissimular e disfarçar o caráter sexual do que está sendo reprimido, mais eficaz é a repressão.

2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Verifica-se, consoante com o apresentado anteriormente, que uma das características do ser humano é a possibilidade de utilizar-se da linguagem para expressar e comunicar seus pensamentos e suas emoções. No entanto, por vezes, esbarra em preconceitos e tabus que limitam ou modificam a sua linguagem. Um tema recorrente nos tabus é, como visto, o sexo e tudo o que a ele se refere. “Parte daquilo que falamos no dia-a-dia é expressão de juízos sexuais e da forma como dada cultura encara a sexualidade” (PEREIRA JR., 2006: 6). O estudo dessa linguagem proibida não só permite um exame da relação entre a língua e o falante, mas também um aprofundamento de ordem sociológica. O seguinte pensamento revela a repressão em relação ao sexo e à sua nomeação: “No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se, o decoro das atitudes esconde os corpos, *a decência das palavras limpa os discursos*” (FOUCAULT, 1988: 10, grifos nossos).

Diante da citação acima, vemos que entre as lexias tabuizadas encontramos não só o que se refere ao sexo, como também os nomes referentes aos órgãos envolvidos nele. Para

desviar-se da unidade condenável é mais fácil substituí-la e expressá-la de forma metafórica, conforme Coseriu (1977: 90). “Pênis”, por exemplo, é a unidade léxica precisa para nomear o órgão sexual masculino, mas muitos se escandalizam com sua menção pública. Assim, tende-se a evitar essa terminologia anatômica oficial e recorrer a outras unidades lexicais, como por exemplo, usa-se “linguiça” ou “banana”, que devido especialmente à associação metafórica com o formato da genitália masculina podem atuar como sinônimos do órgão.

Para um linguista não deve haver itens tabus, mas, do ponto de vista sociolinguístico, deve-se admitir que alguns deles indicam certo grau de informalidade, como já exposto. Assim, como pesquisadores da linguagem humana, cremos que deva haver um movimento em nossa cultura de combater o medo ao desconhecido, um esforço contra o preconceito e de saber adequar cada linguagem a determinados contextos.

Compreendemos por preconceito a ideia, a opinião ou o sentimento que pode influenciar e levar o indivíduo à intolerância, à atitude de não reconhecer e admitir uma opinião diversa da sua e, por isso, vir a reagir com violência ou agressividade em certas situações. A linguagem, por ser um fenômeno multifacetado e, ao mesmo tempo, singular, é expressa de maneira diversa de usuário a usuário e em circunstâncias diferentes. Não obstante, a atitude dos preconceituosos e dos intolerantes é semelhante e homogênea e tenta impor padrões uniformizadores à sociedade em detrimento de variáveis importantes, como o respeito pela individualidade de um sujeito. Sua evolução se resume da seguinte maneira, segundo Crochík (2006: 30-31):

O preconceito é um fenômeno conhecido há muito tempo, embora seu objeto e o seu conceito tenham variado historicamente. Assim, no passado significava o juízo fundado em experiências e em decisões anteriores, mais à frente coincidia com as verdades inatas ou com a percepção preordenada aos fatos, que possibilitavam o saber. Com o primado da razão e da experiência em conflito com os dogmas religiosos da Idade Média, os preconceitos foram adversários do conhecimento quer científico, quer filosófico, quer moral, sem que a necessidade de pré-conceitos pudesse ser eliminada da busca do conhecimento ou da orientação na vida cotidiana, pois os hábitos são fundamentais para se manter a vida e se adaptar às normas de convívio social.

O preconceito é um tipo de discriminação silenciosa e velada que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro: “é um *não-gostar*, um achar-feio ou achar-errado um *uso* (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto”, segundo Leite (2008: 24, grifos da autora). O preconceito é, ademais, conforme Bagno (2007), fruto da ignorância pois é um “*não-gostar*” sem uma explicação convincente e clara do fato rejeitado. A intolerância, por outra vereda, é explícita, pois se

manifesta por um “*discurso metalinguístico* calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, *tradição x modernidade, saber x não-saber* e outras congêneres” (LEITE, 2008: 25, grifos do autor).

Para se estudar e entender o preconceito é necessário recorrer a mais de uma área do saber. Ainda que esse seja um fenômeno também psicológico, o que conduz o indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode estar em seu processo de socialização, em que se baseia sua formação como indivíduo. Assim, o processo de constituição da personalidade de um sujeito está assentado no meio em que vive, ou seja, na sociedade que lhe impõe determinados preceitos. E é a forma como o meio o influenciará que será responsável por ele desenvolver ou não preconceitos. Como o preconceito não é inato, nele se vê a interferência dos processos de socialização, que obrigam o indivíduo a se modificar para se adaptar (CROCHÍK, 2006).

Portanto, na transmissão da cultura a outras gerações mais jovens, já estão inseridos vários preconceitos: as ideias transmitidas devem ser assumidas como próprias sem que haja disponibilidade de reflexão e sem oportunidade de escolha entre a adesão ou não do que referenciam e criticam. São conjuntos de opiniões e atitudes que vêm afixados a toda mente nascida em sociedade.

Um tipo de preconceito muito comum nas sociedades é o preconceito linguístico, alimentado diariamente em programas televisivos e radiofônicos, em jornais, revistas, livros e manuais que pretendem instituir o que é certo e errado e no qual se inclui o léxico obscuro que pesquisamos.

O preconceito e a intolerância linguísticos revelam o comportamento de um falante diante da linguagem de outro e é, pois, um fato de *atitude linguística*. Como tudo o que diz respeito à linguagem, a atitude linguística não pode apenas ser interpretada como um assunto puramente pertinente ao domínio da língua. Antes de tudo, como sabemos muito bem, a linguagem é social, plena de valores, é axiológica e, por meio dela, consciente ou inconscientemente, o falante mostra a sua ideologia. Por isso, é preciso deixar claro que estudar o preconceito e a intolerância é ir além de fatos e opiniões que dizem respeito à língua e sua realização. (LEITE, 2008: 13-14, grifos do autor)

As variações dentro de uma mesma língua ocorrem com frequência e são para a Sociolinguística fatos normais, mas os preconceitos, como se atesta, infundem-se de forma tão intensa na mentalidade das pessoas, que as atitudes preconceituosas se transformam em complemento do próprio modo de ser e de ver no mundo. Alguns falantes têm a ilusão de que a língua praticada é estável. É algo natural a todas as línguas os fenômenos de variação e de mudança, isto pois as línguas variam e mudam assim conforme a vida dos seres humanos na

sociedade (LABOV, 2008). É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. Ocorre quando, por exemplo, segundo Leite (2008: 27-28):

as características da pessoa são estendidas a seus atos ou discurso, mesmo quando a pessoa ou os atos não forem legítimos. Se a pessoa é elegante, bonita ou ‘fala bem’, isto é, de acordo com a norma culta, seus atos e discurso (forma ou conteúdo) podem ser julgados *a priori* como legítimos, bons e verdadeiros, mesmo não o sendo. E, ao contrário, se for deselegante, feia e não dominar a norma culta, tudo o que disser pode ser *a priori* desqualificado, considerado errado e falso, mesmo não o sendo.

Não queremos dizer que qualquer manifestação deva ser aceita incondicionalmente. Pensamos como Bagno (2007: 129-130, grifos do autor): “Então vale tudo? Não é bem assim. Na verdade, em termos de língua, *tudo vale* alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Falar gíria vale? Claro que vale: no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas. E usar palavrão? A mesma coisa”.

Usar bem a língua, seja na modalidade oral ou na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre a *adequabilidade* e a *aceitabilidade*, como é dito a seguir:

É totalmente inadequado, por exemplo, fazer uma palestra num congresso científico usando gíria, expressões marcadamente regionais, palavrões etc. A plateia dificilmente aceitará isso. É claro que se o objetivo do palestrante for precisamente chocar seus ouvintes, aquela linguagem será muito adequada... Não é adequado que um agrônomo se dirija a um lavrador analfabeto usando uma terminologia altamente técnica e especializada, a menos que queira não se fazer entender. Como sempre, tudo vai depender de quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, por quê e visando que efeito... (BAGNO, 2007: 130-131)

Levar à reflexão é uma das ações contra o preconceito linguístico e é o que pretendemos com este artigo.

3. PALAVRÕES, LEXICOGRAFIA E MATERIAL DIDÁTICO

Atualmente, vemos que entre pesquisadores e estudiosos da área de Lexicologia é pertinente o questionamento sobre a permissão ou proibição da entrada de unidades léxicas erótico-obscenas, nas quais incluímos os palavrões, em dicionários. Desde o primeiro dicionário escrito em português, publicado entre 1712 e 1728 por Rafael Bluteau, encontram-se definições eufemísticas para suavizar lexias consideradas obscenas e vulgares. Segundo

Silvestre (2003), Bluteau classifica os referidos itens como chulos e cujo uso seria impróprio para um homem da corte, da sociedade mais abastada e culta.

Em uma pesquisa de Zavaglia e Orsi (2008), observou-se a inserção ou não das unidades lexicais “perereca”, “perseguida”, “pomba”, “xoxota” e “vulva”, que, metaforicamente podem fazer também referência ao órgão sexual feminino, e “cacete”, “pau”, “banana”, “pinto” e “caralho”, para o órgão sexual masculino nas obras de Borba (2002, 2004), Ferreira (2004); Houaiss (2001) e Biderman (1998).

Concluiu-se que a grande maioria desses dicionários registra as unidades lexicais elencadas acompanhadas, quase sempre, de uma rubrica alocada antes das definições ou dentro de uma definição. Essa rubrica delimita o uso em que o item lexical é empregado e o seu uso com aquele determinado significado.

Além disso,

(...) cada um dos dicionários escolhidos atribui uma rubrica na sua acepção ou entrada de uma forma diferente: uns com chulo, outros com popular ou regionalismo entre outros, fato esse que demonstra não haver um consenso entre os lexicógrafos na forma como estremar esse tipo de léxico especial em seus dicionários. Dentre os cinco dicionários analisados, somente um deles não registra em sua nomenclatura nenhuma das entradas em pauta, ao passo que perseguida não está presente em somente um dos outros quatro e banana em dois deles. (ZAVAGLIA; ORSI, 2008: s/p)

Acreditamos que a decisão de incluir esse tipo de unidade lexical num dicionário ou excluí-lo depende dos objetivos a que a obra se propõe. Se o dicionário é concebido como uma obra descritiva, cremos que devam ser registradas *todas* as palavras que tenham uso frequente e generalizado, ainda que existam pudor e juízos sociais contrários ao seu emprego.

Há algum tempo um fato despertou alguns debates sobre a presença dessas lexias tabuizadas em livros didáticos.

Segundo notícia publicada no Jornal Folha de São Paulo (TAKAHASHI, 2009: s/p), em maio de 2009, vários livros didáticos dirigidos a alunos da terceira série do ensino fundamental (faixa etária de nove anos) foram distribuídos pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo contendo expressões como "chupava ela todinha", "chupa rola" e "cu".

O então governador do estado de São Paulo, José Serra (PSDB), manifestou que seria muito menos sério o erro de impressão ocorrido meses antes (em que o livro didático de geografia trazia o Estado do Paraguai duas vezes em um mapa da América do Sul e não apresentava o Equador) do que um livro com expressões consideradas palavrões.

Como linguistas, espantamo-nos com posicionamentos como este, que preferem que alunos desconheçam a geografia do continente em que vivem a ver impressas unidades léxicas que esses mesmos estudantes falam ou ouvem com frequência e que fazem parte da cultura contemporânea da sociedade em que se inserem, sem grandes distinções de classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, abordamos um tema ainda menosprezado por linguistas, almejando contribuir para pesquisas desse cunho temático. Quem atentar a esse fato verá que é quase nula a referência aos palavrões em obras lexicológicas e lexicográficas. Neste artigo pretendemos também trazer à luz a importância e a riqueza de pesquisas que abordem essa temática, ainda incipiente e inexplorada nas pesquisas brasileiras.

As implicações extralinguísticas no uso desse tipo de léxico tabuizado relacionam-se ao contexto situacional em que são empregados. Diante do apresentado, achamos interessante findar com a seguinte reflexão sobre os palavrões feita por Possenti (2008: s/p.): “espero que ninguém imagine que propor seu estudo ou debate seja propor sua proliferação, ou impor aos alunos que os digam como lição de casa ou como forma de avaliação (quem disser os mais cabeludos tem nota mais alta...)”.

Da mesma forma, não pretendemos neste artigo fazer uma apologia ao uso indiscriminado da linguagem do erotismo e das obscenidades, mas sim trazer contribuições aos estudos linguísticos ao abordar um recorte lexical ainda pouco estudado e renegado, mas de acentuada riqueza lexical e cultural, procurando desmistificar os preconceitos que o circundam.

Em conformidade com o que descrevemos em outros momentos deste trabalho, na verdade, existe um temor veemente de adotar certas lexias, seja pelo que possam atrair na memória ou pelo medo da imitação, seja pelo pudor social. Por essa razão, parece haver a necessidade de ser mais prudente e de modificar a linguagem, como garantia de proteção psíquica e até social, para que possa ser mais bem aceita socialmente, como também para interiorizar uma maior tranquilidade. Proferir uma obscenidade pode ser censurado por apresentar algo não recomendável. Em contextos sociais públicos nem tudo pode ser proferido.

Por fim, sobre o aumento do uso de palavrões, Preti (1984: 43) acredita que:

não nos cumpre, como estudiosos da linguagem, um papel crítico ante esse fenômeno linguístico de natureza sociocultural e até psicológica. Ele está aí. Apenas devemos registrá-lo, incluí-lo em nossas pesquisas, estudar-lhe as origens e acompanhar-lhe o desenvolvimento (...).

E foi o que pretendemos realizar nas páginas que escrevemos.

REFERÊNCIAS

1. ARANGO, Ariel. *Os palavrões*. (Trad. de Jasper Lopes Bastos). São Paulo: Brasiliense, 1991.
2. ARARIPE, Max. *Linguagem sobre sexo no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
3. AUGRAS, Monique. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
4. BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.
5. BERRUTO, Gaetano. *Fondamenti di sociolinguistica*. Bari: Laterza, 2005.
6. BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário Didático de Português*. São Paulo: Ática, 1998.
7. BONA, Alessio. *Il turpiloquio nel serial: approccio alla traduzione*. Milano: 2008, 54f. Tesi di laurea. (Laurea in Mediazione Linguistica e Culturale) – Università degli Studi di Milano. Disponível em: http://www.focus.it/Community/cs/blogs/vito_dixit/default.aspx. Acesso em: 09 fev. 2009.
8. BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.
9. _____. *Dicionário de Usos do Português Contemporâneo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
10. _____. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
11. CALVINO, Italo. *Una pietra sopra*. Milano: Mondadori, 2009.
12. CHAUI, Marilena de Souza. *Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
13. COSERIU, Eugenio. *El hombre y su lenguaje*. Estudios de teoría y metodología lingüística. Madrid: Editorial Gredos, 1977.
14. CROCHÍK, José Leon. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

15. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11a*. Curitiba: Editora Positivo, 2004.
16. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
17. GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Tabus linguísticos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.
18. HOUAISS, Antonio. *Novo Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
19. LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
20. LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
21. MAIOR, Mário Souto. *Dicionário de palavrão e termos afins*. 2. Ed. Recife: Guararapes, 1980.
22. MONTAGU, Ashley. *The anatomy of swearing*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press; 2001. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=QERsPn0nN- YC&dq=psychology+of+swearing+montagu&source=gbs_summary_s&cad=0. Acesso em: 10 jun. 2009.
23. OLIVEIRA, Luis Fernando Lofrano. *Injúria*. A pulsão na ponta da língua. Ijuí: Editora Ijuí, 2002.
24. PAES, José Luis. Propaganda e palavrões, *Comunicação e Educação*, São Paulo, Ed. Moderna/USP, n. 6, maio/ago., p. 69-70, 1996.
25. PEREIRA JR., Luiz Carlos. Amor e ódio na mesma frase, *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo, Segmento, especial Sexo e Linguagem, p. 6-9, 2006.
26. POSSENTI, Sírio. O tabu da linguagem escolar, *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo, Segmento, n. 37. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11636>. Acesso em: 13 nov. 2008.
27. PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1984.
28. _____(org.) *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.
29. SILVESTRE, João Paulo. Palavras tabu e eufemismos nos dicionários de Bento Pereira e Rafael Bluteau. In: FERREIRA, A. M. (coord.). *Percursos de Eros. Representações do erotismo*. Aveiro: Associação Labor de Estudos Portugueses, 2003, p. 223-229. Disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/palavras_tabu_dicionarios.pdf. Acesso em: 7 jan. 2009.

30. TAKAHASHI, Fábio. SP distribui a escolas livro com palavrões. *Folha de S. Paulo Online*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200901.htm&COD_PRODUTO=7. Acesso em: 22 maio 2009.
31. TARTAMELLA, Vito. *Parolacce*. Perché le diciamo, che cosa significano, quali effetti hanno. Milano: BUR, 2006.
32. VANEIGEM, Raoul. *Nada é sagrado, tudo pode ser dito*: reflexões sobre a liberdade de expressão. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, 2004.
33. ZAVAGLIA, Claudia. *Xeretando a linguagem em italiano*. Baureri: Disal, 2010.
34. ZAVAGLIA, Claudia; ORSI, Vivian. Itens lexicais proibidos (?) em dicionários: algumas considerações. In: *XIII Enapoll 2008 / Resumos expandidos*. Goiânia: 2008, s/p. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienapoll/resumo/caderno.asp>. Acesso em: 13 nov. 2008.

ABSTRACT: The lexicon of a language shows the way the community views the world, in its different aspects. Hence, through the study of the lexicon we can get a clearer idea of the different forms of prejudice present in a society. The aim of this study is to present reflections and theories concerning obscene lexical items and linguistic taboos associated to them, and to discuss the linguistic prejudice that this kind of lexicon may suffer.

KEY-WORDS: Lexicology; Obscene lexicon; Taboo; Linguistic prejudice.

Recebido no dia 26 de maio de 2011.

Aceito para publicação no dia 19 de julho de 2011.